

## ESTADO DE DIREITO

# INCONSTITUCIONAL IRRESPONSÁVEL MENTE

### Não haverá "empresa" sem trabalhadores em condições de viver

**A** irredutibilidade dos salários, garantida pela Constituição Federal, foi jogada na lata de lixo pelo Governo Federal e até mesmo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), facilitando às empresas medidas para explorar trabalhadores, que seriam enquadradas em passivos trabalhistas, se fosse respeitado o «Estado de Direito» neste País.

Em julgamento do STF, ficou clara a agressão da MP 936 do governo à Constituição, mas a emergência conjuntural de uma pandemia permitiu aos doutos ministros tirarem recursos dos trabalhadores, justamente quando mais precisam para enfrentar uma pandemia monstruosamente agressiva.

Nada nos surpreende! Desde a criminosa "Reforma Trabalhista" de 11 de novembro de 2017, do presidente da "Ponte para o Futuro", os trabalhadores são sacrificados com a ganância da elite patronal do País, que apostou em um presidente demente para acabar com os "encargos" trabalhistas e aumentando os lucros das empresas com a "desoneração" das folhas de pagamentos.

O Governo atacou ferozmente a sociedade brasileira, praticamente sepultando a aposentadoria dos trabalhadores e agora vem "raspando o tacho" de todos os direitos trabalhistas e sociais.

Suas "Medidas Provisórias" (MPs) seriam escandalosamente inconstitucionais, se não tivéssemos os demais poderes da República "de quatro", não reagindo à altura para defender a sociedade brasileira.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, concedeu liminar de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a MP 936, contra negociação direta patrão/empregado para



alterar contratos de trabalho e acordos individuais, exigindo a presença e acompanhamento do Sindicato para se manifestar sobre este assunto. Foi metralhado pelo fanatismo governista em redes sociais, afrouxou seu posicionamento e a votação no STF teve o resultado de 7 a 3 contra a melhor condição para os trabalhadores suportarem a crise.

#### FALTA DE TRANSPARÊNCIA

O STIEMNFOPA alerta as empresas sobre esta situação de caos legal, que facilita decisões unilaterais, mas que terá consequências danosas para a respeitabilidade dos gestores quando fizerem discursos de responsabilidade social e princípios humanitários.

Deixamos claro que entendemos as emergências na atuação contra a pandemia de Covid-19, mas quaisquer alterações sobre direitos coletivos dos trabalhadores e negociações individuais que impactem os direitos necessitam da participação, discussão e eventual anuência do Sindicato, para que tenhamos a proteção e reciprocidade nas relações de trabalho e a empresa possa falar em transparência sem nenhum constrangimento.

**ESTAMOS TODOS JUNTOS EMPENHADOS  
EM ELIMINARMOS ESTA DOENÇA!**

# NOSSA VIDA EM PRIMEIRO LUGAR PARA GARANTIRMOS NOSSA FORÇA DE TRABALHO

Empresa provoca clima de apreensão ao anunciar adesão a MPs que restringem condições de sobrevivência

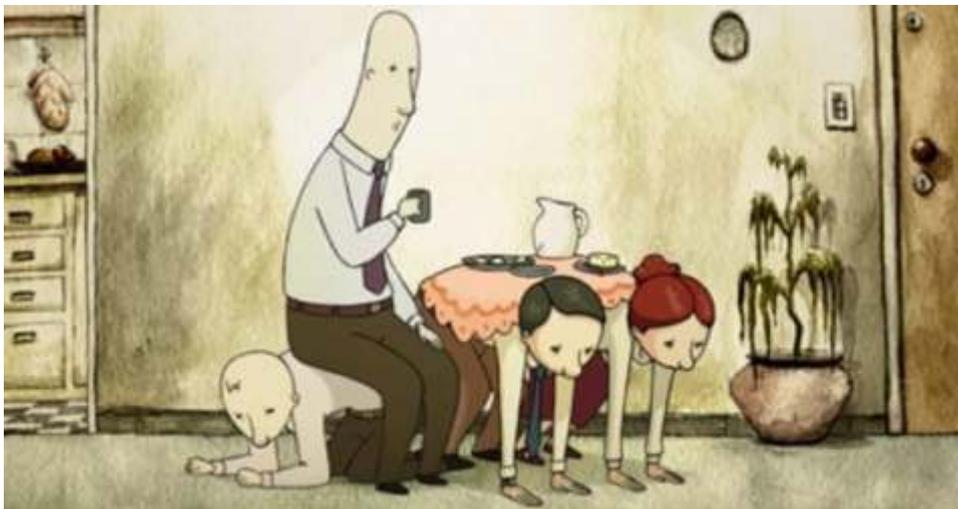
Uma carta endereçada aos "Alcoanos e Alcoanas" trouxe grande ansiedade e apreensão aos trabalhadores.

Apesar de afirmar compromisso com a "prioridade" e "a segurança das nossas pessoas", que "agradece a flexibilidade e competência" durante o processo de enfrentamento e "mitigação dos riscos de disseminação do Covid-19", o documento tem como base central preparar a todos para medidas com o propósito de "reduzir custos e eliminar gastos discricionários".

A preocupação imediata com a "saúde financeira da nossa empresa" leva a descrição aos "Alcoanos e Alcoanas" de medidas que terão grande impacto para os trabalhadores e a sustentabilidade de nossas famílias, justamente neste momento de isolamento social, em que gastos de uma quarentena forçada explodem nos preços elevados criminosamente no mercado.

Cortes e mais cortes anunciados pela empresa, que afirma sua adesão a Medidas Provisórias do Governo Federal, que atacam direitos sociais: alterações salariais, nos reembolsos escolares, adiamento de pagamento do 1/3 constitucional de férias, suspensão de abono pecuniário (venda de 10 dias de férias), redução em 50% de contribuições ao Sesi e Senai durante três meses, adiamento de pagamento de FGTS de março a maio, parcelando em seis meses.

Se a empresa ressentir-se da "queda na demanda de alumínio", impactando e reduzindo sua produção, temos máquinas



em ritmo menor, mas imaginem a redução de comida em nossas mesas e da capacidade de nossas famílias de honrar compromissos financeiros com serviços básicos e essenciais.

No momento em que grandes empresas se solidarizam com doações para a sociedade superar a trágica doença e que seus trabalhadores são socorridos com garantia de salários, cartões de alimentação extras, licença remunerada para isolamento social, entre nós vivemos o pânico do anúncio de cortes, "redução de custos" e eliminação de gastos, para "preservação de caixa" e assegurar "a saúde financeira da empresa".

De forma alguma, não queremos a falência da empresa, de onde buscamos o sustento de nossas famílias, mas o compromisso com a vida começa pelo estômago e condições de sobrevivência que nos permitam estar em plena saúde para voltarmos com a mesma responsabilidade e empenho ao nosso trabalho.

Esperamos que os patrões tenham sensibilidade social e humanitária, para sobrevivermos à doença e voltarmos com nossa força de trabalho pela sustentabilidade da empresa.